

DMPBA INSIGHTS

Insights, Junho de 2025

www.dmpb.legal

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A **DMPBA** celebrou, no dia 1 de Março, o seu primeiro ano de existência, um marco que reflecte a consolidação e o crescimento contínuo deste projecto promissor. Ao longo deste período, reafirmamos a nossa confiança no potencial da iniciativa e reconhecemos o empenho de todos e de cada um, que directa ou indirectamente tem contribuído para uma jornada cativante, marcando a nossa presença no cenário jurídico moçambicano.

Para assinalar esta efeméride, lançamos o “**DMPBA INSIGHTS**”, uma publicação quinzenal que visa apresentar alguns destaques do mundo jurídico com impacto no Direito Moçambicano. Esta iniciativa surge como um instrumento estratégico, e mostra o nosso compromisso com vista a alcançar a excelência incorporando a inovação como instrumento e forma de estar.

O **DMPBA INSIGHTS** foi cuidadosamente concebido para ser acessível a todos, com especial atenção aos leitores que não possuem formação jurídica. Utilizamos uma linguagem clara e objectiva, garantindo que as informações relevantes cheguem de forma compreensível e aplicável a um público diversificado.

A primeira edição da nossa publicação conta com um artigo escrito pelo sócio da **DMPBA**, Dimétrio Manjate, que analisa a questão da taxa de juro comercial no contexto do “novo” Código Comercial Moçambicano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2022, de 25 de Maio.

O tema abordado é crucial no panorama económico e jurídico do país, uma vez que a regulamentação dos juros comerciais influencia directamente as relações empresariais, o acesso ao crédito e a competitividade do mercado.

Para além de artigos jurídicos que abordam temas importantes no cenário jurídico Moçambicano, espera-se que as futuras edições do **DMPBA INSIGHTS** tragam actualizações legislativas, e outras matérias importantes. Pretende-se que cada edição traga *insights* práticos e relevantes, fortalecendo o nosso lema: “comprometidos com excelência e impulsionados com a inovação.

Estamos entusiasmados com esta nova etapa e esperamos que o DMPBA INSIGHTS se torne uma referência no acesso à informação jurídica. Junte-se a nós nesta jornada
Boa leitura.

Os sócios



No entanto, o conceito de juros não se limita a isso, podendo designar-se também por juro, a sanção aplicada ao devedor, pelo incumprimento de uma obrigação pecuniária (obrigação de entregar dinheiro ou bem que o represente). Neste, caso, designa-se juro moratório ou juro de mora. Assim, se, na data acordada, a empresa DRM Lavandarias não pagar à DRM Limpezas, deverá acrescer-se aos juros remuneratórios, os juros de mora.

Quando é que o juro é comercial?

O juro é comercial quando na relação contratual que o origina está em causa um contrato comercial ou qualquer acto de comércio. Por exemplo, o juro acordado entre a DRM Limpezas e a DRM Lavandarias, é comercial.

Qual é a taxa de juro nos contratos comerciais?

As partes podem acordar, por escrito, uma taxa de juro. Entretanto, se não houver um acordo escrito, a taxa de juro comercial é a taxa de referência da prime rate do Sistema Financeiro Moçambicano (PRSFM).

Seguindo ainda com o nosso exemplo, a DRM Limpezas pode invocar que o atraso no pagamento, fez-lhe incorrer em incumprimento de outras obrigações, das quais surgiu a obrigação de pagar multas e, se assim for, poderá exigir que a DRM Lavandarias se responsabilize por tais pagamentos. É verdade que a procedência desses argumentos dependerá da prova que for apresentada, eventualmente em Tribunal.

Em que situações se aplica a taxa de juros comercial?

Na verdade, não é imperioso conhecer a fundo o conceito de prime rate. A determinação da prime rate não é uma tarefa dos individuais. Aquela taxa é determinada com intervenção do Banco de Moçambique e da Associação Moçambicana de Bancos.

A taxa de juro comercial legal será, no geral, aplicável sempre que as partes não acordarem uma taxa específica, tal como nos seguintes casos:

a) Mútuo ou empréstimo comercial⁶ – quando uma parte (mutuante) empresta a outra parte (mutuário) dinheiro ou outra coisa fungível (que se pode gastar) por determinado período, com a obrigação de o mutuário reembolsar o dinheiro ou restituir a coisa emprestada. Por exemplo, pode uma sociedade comercial pedir emprestado dinheiro a outra sociedade comercial. Se não ajustarem uma taxa de juros, será aplicada a taxa de juro comercial, que corresponde à prime rate, cuja acumulação é diária, contada a partir da data da recepção do crédito⁷.

Se a sociedade comercial mutuária não reembolsar o dinheiro emprestado, no prazo acordado, à taxa de juro normal (remuneratória), será acrescido 2% correspondente à juros moratórios.

No caso do mútuo ou empréstimo comercial, a taxa de juro comercial (prime rate) serve de limite à liberdade das partes de indicação de uma taxa diferente⁸. Dito por outras palavras, as partes não podem acordar para o empréstimo comercial, uma taxa acima da Prime Rate.

Tal significa que a taxa de juro comercial para Fevereiro, era de 22,60%. Era essa a taxa de juro comercial aplicável nos casos em que as partes não tenham ajustado, por escrito, outra taxa diferente. Para o mês de Março, a taxa de juro comercial pode manter-se ou variar.

Qual é taxa de juros de mora comercial?

No caso de incumprimento de uma obrigação de entrega de dinheiro (obrigação pecuniária), o devedor tem a obrigação de pagar juros normais (prime rate), acrescidos de uma sobretaxa de 2%, de juros sancionatórios pelo incumprimento da obrigação de pagamento nos termos acordados.

[2] https://www.bancomoc.mz/media/b1uhp5xh/prime-rate-e-spread-de-risco--fevereiro-de-2023_pt.pdf

[3] <https://amb.co.mz/prime-rates/>

Assim, no caso de incumprimento da obrigação de pagamento de dinheiro, em que não tenha havido acordo prévio sobre os juros remuneratórios e os juros de mora, o total de juros a pagar será 24,60%, sobre a prestação em dívida.

Para melhor explicar-se o funcionamento dos juros de mora, retome-se o exemplo do contrato de empréstimo comercial celebrado entre DRM Limpezas e a DRM Lavandarias. Se a quantia em dívida (1.000.000,00Mts) deveria ser paga até o dia 31 de Janeiro, e não foi paga, a partir de 01 de Fevereiro, deverá ser paga com um acréscimo de 2% sobre a taxa de juro acordada. Considerando que a taxa acordada foi de 10%, acrescer-se-á 2%, totalizando 12%, que corresponde a 120.000,00Mts.

As partes podem acordar uma taxa de juros de mora diferente da que resulta do RJCC, desde que tal taxa seja inferior a 2%⁴. Se assim for, será essa a taxa de juro de mora, a aplicar em caso de incumprimento da obrigação de entregar dinheiro⁵.

Note-se que a obrigação de pagamento de juros de mora, não exime o devedor, da obrigação de pagamento de indemnização ao credor, pelos danos que o seu incumprimento possa ter causado.

b) Restituição por crédito/pagamento indevido - a taxa de juro comercial será também aplicada nos casos em que determinada empresa tenha de restituir dinheiro a outra empresa por um crédito/pagamento indevido⁶. O momento de início de contagem dos juros dependerá da situação de o devedor ser de boa fé ou de má fé.

Por exemplo, pode acontecer que o empresário que opera o restaurante, por lapso seu, duplique o pagamento da factura em dívida. Neste caso, o fornecedor só será obrigado a pagar juros sobre o valor indevidamente recebido, se não o restituir no prazo acordado.

Contrariamente, se o pagamento duplicado feito ao fornecedor tiver ocorrido pelo facto deste ter induzido o pagador em erro, o fornecedor fica obrigado a pagar juros sobre o valor indevidamente recebido a partir da data que o recebeu.

Conclusão

Em jeito de conclusão, pode dizer-se que:

a) O RJCC veio alterar a taxa de juros comercial, que antes era equiparada à taxa de juros legais (5%), resultante do Código Civil;

b) A taxa de juros comercial é a taxa de referência da prime rate do Sistema Financeiro Moçambicano (PRSFM), que é definida com intervenção do Banco de Moçambique e da Associação Moçambicana de Bancos;

c) A PRSFM é definida mensalmente, o que significa que a mesma pode variar de um mês para outro. Ao aplicar-se a taxa prime rate dever-se-á atender a que estiver em vigor no momento;

d) As partes têm a prerrogativa de determinar uma taxa de juros diferente, não podendo, nos contratos de empréstimo comercial, a taxa de juros exceder a taxa de referência da Prime Rate.

e) No caso de crédito, de natureza comercial, se houver mora do devedor, acresce-se à taxa de juros normal, uma sobretaxa de 2%, sem prejuízo de indemnização pelos danos que o incumprimento pode causar;

f) As partes podem, também, ajustar uma taxa de mora diferente de 2%, mas nunca superior a 2%;

[4] De facto, a Lei de Defesa do Consumidor (Lei nº22/2009, de 28 de Setembro) limita no máximo de 2%, as multas de mora decorrentes do incumprimento de obrigações (artigo 25, nº 2, da Lei de Defesa do Consumidor).

[5] Artigo 200, do RJCC

[6] Artigo 493, e seguintes do RJCC

[7] Artigo 499, nº 2, do RJCC

[8] Artigo 499, nº 3, do RJCC

[9] Artigo 133 do RJCC.

g) O mais recomendável é que, durante a negociação de um contrato de mútuo ou empréstimo comercial, as partes discutam e concordem sobre as taxas de juro aplicáveis, a data do seu vencimento, e as datas de pagamento, evitando assim estar vinculados pela taxa legal;

h) Os créditos ou contratos de mútuo bancário são regulados por legislação específica em relação às taxas de juro aplicáveis.

Autor



DIMÉTRIO MANJATE
SÓCIO/PARTNER